

ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS DA IDEIA DE REDE AO IDEAL DE COMUNIDADE

Madalena Oliveira*

Resumo

O desenvolvimento dos estudos de Comunicação – como certamente os de outras ciências – tem sido acompanhado pela atividade de inúmeras associações científicas. De âmbito nacional ou internacional, disciplinares ou transversais às várias áreas, estas organizações têm desempenhado importantes funções de reunião, dinamização e promoção do trabalho realizado em universidades e centros de investigação. Com iniciativas muito diversificadas – como a organização de eventos científicos e a publicação de séries de livros e revistas – as associações científicas são hoje um indicador relevante do grau de consolidação de campos e grupos científicos. Estão vinculadas à ideia de criar redes de trabalho e cooperação, um objetivo condizente com o desenho de uma sociedade global, feita de ligações, ou conexões, entre pessoas e instituições. No entanto, é na palavra comunidade – ou seja, na ideia de partilha – que o sentido das associações científicas encontra, pelo menos na área das Ciências da Comunicação, o seu fundamento mais expressivo.

Palavras-chave: ciência, associação científica, rede, comunidade

* Professora Associada do Instituto de Ciências Sociais e membro do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, onde se doutorou em 2007. Leciona disciplinas como Semiótica, Comunicação e Linguagens, Jornalismo e Som e Jornalismo Especializado. Nos seus interesses de investigação inscrevem-se atualmente o som como linguagem, o jornalismo sonoro, a cultura sonora, bem como políticas de comunicação e ciência. É vice-presidente da SOPCOM, Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, coordenadora do Grupo de Trabalho de Rádio e Meios Sonoros desta associação e *chair* da Radio Research Section da ECREA, European Communication Research and Education Association.
Email: madalena.oliveira@ics.uminho.pt

As sociedades científicas

As associações científicas tal como hoje as conhecemos – com graus de especificidade muitas vezes bastante acentuados – ter-se-ão inspirado nas sociedades científicas¹ formadas a partir do século XVII, num movimento que terá começado em Itália. Stanley Siegelman considera-as, a par das revistas científicas, um dos contributos que estão na origem da ciência moderna (Siegelman, 1998, p. 9). Os grupos de que fala o autor – essas primeiras sociedades científicas – eram ainda pouco mais do que uma espécie de “clubes” de discussão que nem sempre desenvolviam investigação original, embora pudessem fazer nalguns casos algum trabalho de experimentação. Os seus objetivos fixavam-se na análise e no debate sobre fenómenos da natureza, sendo os tópicos mais comuns “o calor, a luz, o peso, o movimento, o magnetismo, o comportamento dos gases, as marés, metalurgia, ótica, astronomia e física” (Siegelman, 1998, p. 10). Promovidas por patronos, estas primeiras sociedades² funcionavam como lugares de alguma irreverência científica, nalguns casos reunindo-se de modo quase secreto e, por vezes, à revelia das autoridades eclesiásticas.

Distinguiu-se neste contexto a Royal Society of London que, tendo começado em 1645 como um grupo de indivíduos com interesses comuns, se tornou progressivamente numa sociedade relativamente bem-sucedida, que mantinha inclusive um *staff* de dois funcionários assalariados. Com um modelo de inscrição de membros já algo sofisticado para a época, organizado segundo um sistema de quotas, esta sociedade científica – que teria em Paris como equivalente a Académie des Sciences – desempenhava também, segundo Siegelman, uma função social. Conta o autor que “mercadores, filósofos, aristocratas e proprietários de terras (*landed gentlemen*) se reuniram para jantar antes das reuniões ou para tomar café depois das sessões para fazer *network* e socializar com os cientistas” (Siegelman, 1998, p. 12).

-
- 1 Na literatura de expressão inglesa, é relativamente comum a referência a *scientific societies* como sinónimo de *scientific associations*. O mesmo acontece, aliás, em Português, sendo o termo *sociedade* usado, por vezes, na designação de algumas associações. Nesta primeira secção do capítulo, porém, consideramos as sociedades científicas no seu sentido mais genérico original.
 - 2 Siegelman refere, por exemplo, no contexto italiano, a Academia Secretorum Naturae, fundada por Giambattista della Porta, a Academia del Lincei, organizada por Duke Federigo Cesi, e a Academia del Cimento, que tinha como patrono Leopold Medici (Siegelman, 1998, p. 10).

Pelas suas características, as sociedades científicas que surgiram nos anos 1600 estariam de algum modo para as ciências naturais e da vida como os círculos culturais para o que viriam a ser as ciências sociais e humanas. Combinando a reunião de especialistas com o diálogo com outros atores sociais, estas sociedades eram organizações onde, pela palavra, se construía a noção de saber e se produzia conhecimento. Com uma atividade paralela à que se desenvolvia nas universidades da altura, os grupos que se reuniam a este pretexto podiam integrar, na verdade, alguns cientistas universitários, mas tinham uma ambição que ultrapassava claramente as fronteiras da instituição universidade. É certo que o acesso a estas sociedades – mesmo aquelas que se apresentavam como mais ecléticas – era, de algum modo, um exclusivo das elites da época. No entanto, havia já uma percepção de que o conhecimento carecia de socialização.

Para além das reuniões presenciais que promoviam – quais assembleias de debate – as primeiras sociedades científicas implementaram também um sistema de correspondência, que contribuiu para a recolha e redistribuição de informação. Conta Sarah S. Gibson que “com o estabelecimento oficial da Royal Society em 1660 e da Académie des Sciences em 1666, o sistema [de correspondência] foi institucionalizado e as assembleias foram sendo transformadas em corpos mais ou menos profissionais” (Gibson, 1982, p. 148). O ponto de originalidade das sociedades científicas fundadas a partir do século XVII era, pois, o da consciência de que a ciência só faria sentido na base da partilha de informação. Haveria, por isso, em cada organização, como sustenta a autora referindo-se a um estudo concreto sobre a Académie des Sciences, “um ‘instinto comunal’ para partilhar informação com os membros [das sociedades] e tornar as descobertas científicas genericamente disponíveis para outros grupos interessados” (Gibson, 1982, p. 149).

Do ponto de vista estritamente científico, as sociedades que se constituíram na Europa (Itália, França, Alemanha e Reino Unido, especialmente) terão contribuído para encorajar cientistas na realização de trabalhos de descoberta e para, desse modo, promover o progresso em matéria de conhecimento. Do ponto de vista mais global, o que estas sociedades proporcionaram foi, em larga medida, a consciência de que o conhecimento deveria ser publicitado e que a troca e o debate de ideias entre cientistas poderiam ser tão profícuos como a experimentação e os testes empíricos. Foi nesse contexto que, tirando proveito das novas oportunidades proporcionadas pela invenção da imprensa de Gutenberg, estes grupos patrocinaram a criação das primeiras revistas científicas, bem como de

relatórios e outras publicações que teriam, à época, um caráter semelhante ao dos livros de atas dos congressos contemporâneos. Siegelman fala de um “forte desejo de comunicar”, lembrando que “as novas revistas científicas eram simplesmente um meio prático de distribuir detalhadas ‘cartas eruditas’” (Siegelman, 1998, p. 13). Sarah Gibson acrescenta que o mesmo interesse supremo pela comunicação estava presente nas duas primeiras sociedades científicas americanas, que se criariam na segunda metade do século XVIII, a American Philosophical Society e a American Academy of Arts and Sciences (Gibson, 1982, p. 150).

A partir do século XIX, o movimento de criação de sociedades científicas haveria de se intensificar cada vez mais por áreas mais especializadas, que sentiriam o mesmo ímpeto por partilhar ideias e transferir o conhecimento produzido. Primeiro nas ciências dedicadas à natureza, aos fenômenos físicos e químicos e na medicina, depois progressivamente também nas ciências humanas, as sociedades científicas seriam encaradas a partir do século XX como “instituições estabelecidas”, cuja responsabilidade passava por “atuarem como um centro de difusão de informação para a comunidade científica” (Gibson, 1982, p. 153)³, favorecida pela distribuição de publicações e por uma prática de troca que envolvia universidades, bibliotecas e instituições dos governos.

As associações científicas modernas

As significações genéricas relacionadas com o termo associação remetem para as ideias de “aliança”, “união”, “reunião”, “colaboração”, “união de esforços de várias pessoas para prosseguir um fim comum”. O verbo associar-se, por sua vez, admite também como significado a ideia de “tomar parte”, “participar”, “relacionar-se com”, “combinar-se”. Herança das primeiras sociedades científicas, que continuam a ser hoje instituições em certa medida dedicadas a uma necessária regulação da ciência, as associações científicas criadas no seio das mais variadas áreas de conhecimento correspondem, em parte, àquilo que são as aceções de senso comum. De todos os pontos de vista, as associações traduzem um ímpeto pela ligação e pela partilha – aquilo que comumente se designa por *networking*. Elas nascem, segundo Geraldina Porto Witter, “em decorrência da necessidade de

3 Acrescenta a autora que algumas destas sociedades poderiam também ter como finalidade a difusão do conhecimento também para as massas.

ampliar o contacto e o conhecimento entre cientistas e como forma de se obter o aceite dos pares” (Witter, 2007, p. 2).

Definindo-se como organismos que articulam pessoas com interesses comuns, as associações científicas são, antes de mais, instituições cujo sentido se realiza num ideal de identificação que visa, como fim último, a construção de uma identidade de grupo. Fazer parte de uma associação significa, por este prisma, identificar-se com um grupo, seja por razões de natureza teórica seja por questões de ordem pragmática ou metodológica. Significa, por outras palavras, sentir aproximações a uma comunidade cujo *modus operandi* e/ou ideário parecem oferecer coincidências com iniciativas pessoais. Num texto de introdução ao número 9 da revista *Science and Engineering Ethics*, Mark S. Frankel e Stephanie J. Bird assinalam que “é raro haver um cientista que não esteja afiliado em uma ou mais sociedades científicas”. Reconhecem os autores que estas associações “têm funcionado como uma importante fonte de identidade profissional para os cientistas” (Frankel & Bird, 2003, p. 139). O gesto de se associar a uma organização científica é, por norma, voluntário, não constituindo necessariamente um requisito absoluto da atividade profissional do cientista. Em todo o caso, a adesão a uma associação sugere a criação de laços entre pares, uma espécie de movimento para o coletivo que, mesmo antes de poder ser reconhecido como uma inclinação para um *sentir-em-conjunto*, como proporia Mario Perniola (1993), pode ser visto como uma necessidade de *pensar-em-conjunto*.

Neste exercício de confronto entre pares, as associações científicas modernas mantiveram o propósito de fomentar o debate, a troca de ideias, a partilha de conhecimento que estavam na origem das primeiras sociedades científicas. Frankel e Bird sustentam que “os cientistas se juntam a sociedades como uma maneira de encontrar e interagir com colegas e pela função que cumprem de fórum para apresentação dos seus trabalhos” (Frankel & Bird, 2003, p. 139). Entendidas como extensão do processo de identificação com os interesses e eventuais esquemas intelectuais de um coletivo, as arenas de debate constituídas nestes contextos cumprem, então, uma dupla missão: a) por um lado, o conhecimento mútuo, a discussão “dentro de portas”, que é o mesmo que dizer imanente ao próprio grupo científico; b) por outro, a afirmação “para fora”, junto de outros grupos científicos, diante dos quais é necessário declarar a especificidade de um objeto científico ou de metodologias particulares. Se a primeira incumbência da utilização das associações como plataformas de discussão tem uma finalidade endógena, motivada pela necessidade de solidificação de uma espécie de *group*

mind, a segunda visa impor uma espécie de *group think*, assente na delimitação de fronteiras epistemológicas.

Baseadas, portanto, na força própria do coletivo, as associações científicas constituem-se como núcleos legitimadores quer de problemas formulados como objeto de determinadas ciências quer dos métodos prescritos para a sua abordagem. A constituição de associações científicas, sejam elas nacionais ou internacionais, disciplinares ou interdisciplinares, está, por isso, ligada à consolidação de determinados campos científicos e suas comunidades. Daí que, em parte, a maturidade de um dado ramo científico possa, de algum modo, ser também aferido tanto pela longevidade das suas associações como pela dimensão e espessura dos seus corpos de cientistas.

Para além de representarem a identidade e legitimidade de um grupo e de um campo científico, as associações científicas estão também ligadas à expectativa de promoção de integridade da investigação. Quer isto dizer que se lhes atribui igualmente uma responsabilidade ética que Iverson, Frankel e Siang traduzem nesta convicção: “as sociedades científicas estão bem posicionadas para funcionarem como guardiãs dos valores profissionais e dos padrões éticos que foram sendo estabelecidos pelos seus membros ao longo do tempo e para ajudar a transmiti-los às subseqüentes gerações de cientistas” (Iverson, Frankel, & Siang, 2003, pp. 141-142). É nesse sentido que as associações de ciência são, por outro lado, impulsionadoras de “uma variedade de atividades e estratégias que visam promover a conduta de investigação responsável” (Frankel & Bird, 2003, p. 140). Felice Levine e Joyce Iutovich também reconhecem que o vasto papel das associações científicas tem incluído “o desenvolvimento de códigos de ética e o apoio público de políticas com vista à defesa de práticas éticas na conduta de investigação” (Levine & Iutovich, 2003, pp. 257-258). De acordo com os autores, as associações foram, por isso, comprometendo-se com a necessidade de sensibilizar para problemas como “a fabricação ou falsificação de dados, a proteção dos indivíduos humanos, a confidencialidade, o relato rigoroso dos resultados e o plágio” (Iverson, Frankel, & Siang, 2003, p. 258).

Reconhecendo que “aos poucos foram sendo agregados papéis e funções cada vez mais relevantes” às associações científicas, Geraldina Witter admite que estes organismos se foram diversificando, ampliando e tornando mais normativos e poderosos (Witter, 2007, p. 2). Com efeito, qualquer que seja o seu domínio científico de atuação, uma das expectativas progressivamente identificadas com as associações prende-se com o papel que podiam ter na definição de políticas

públicas de ciência. Para Ana Delicado, “seria de esperar que as associações científicas fossem de algum modo consultadas no desenho das políticas de ciência”, uma participação que, em Portugal, “é (e praticamente sempre foi) quase inexistente” (Delicado, 2015, p. 333).

A dinamização da ciência

Se a primeira de todas as funções das associações científicas estará ligada à reunião de investigadores por relação aos seus interesses de investigação, o que estes organismos hoje representam não se esgota na simples aproximação de cientistas. Ao invés, a partir deste propósito, desempenham atualmente, numa tendência que começou a intensificar-se na segunda metade do século XX, um papel de franca dinamização. De acordo com Carlos Fiolhais, “várias associações de cientistas têm tido um papel de relevo na promoção da ciência, incluindo a divulgação científica” (Fiolhais, 2011, p. 94). Reconhece o autor que “praticamente todas as disciplinas científicas e os seus praticantes nacionais são defendidos por sociedades científicas”, sugerindo ainda que, “umas mais ativas do que outras, todas têm ajudado à afirmação e disseminação da ciência e da cultura científica” (Fiolhais, 2011, p. 95).

Defender a ciência e promover a divulgação científica são então, para Fiolhais, duas missões a que modernamente as sociedades científicas têm procurado dar resposta. Com este horizonte, as associações investem na constituição de grupos de trabalho delimitados por subáreas de conhecimento, que favorecem a realização de investigação cada vez mais específica e a aplicação de grandes províncias do saber a realidades emergentes. Por outro lado, é também da iniciativa destas associações que se viabiliza a realização de encontros e reuniões científicas tanto de âmbito regional e nacional como de âmbito internacional. Embora episódicos, os congressos – que hoje se realizam em grande número e diversidade de enfoques – funcionam como uma espécie de “feiras de ciência” patrocinadas, em boa medida, pelas associações científicas que buscam nestas iniciativas retomar, ao menos em parte, o espírito das primeiras assembleias de cientistas. Talvez mais democráticos hoje do que os fóruns do passado, estes eventos convidam à apresentação de trabalho inovador, de perspectivas originais e de novas preocupações científicas. Funcionam, por outro lado, como uma espécie de “mercado de tendências”, onde se escrutinam entre pares metodologias e doutrinas teóricas. São,

em última análise, a chave de reforço das próprias associações como entidades promotoras do encontro, do intercâmbio e da sustentação de redes de cooperação.

Outra das esferas de atuação em que as associações científicas se têm destacado é no fomento à publicação, ou seja, à divulgação pública do conhecimento, que é frequentemente, segundo Anabela Carvalho e Rosa Cabecinhas, uma das conotações da expressão “comunicação da ciência” (Carvalho & Cabecinhas, 2004, p. 5). Em articulação com editoras dedicadas à difusão científica, as associações encorajam a edição de livros em coleções especializadas, bem como a sustentação de publicações periódicas, cada vez mais numerosas e sujeitas a um sistema de competição traduzido em índices de impacto e prestígio. Lembra Sarah Gibson que “desde o século XVII, tem havido [por parte das associações científicas] uma clara compreensão da importância da partilha de conhecimento científico e do valor da propaganda relativo a essa disseminação”. Explica a autora que este interesse pela difusão alargada dos resultados do trabalho de investigação não diz respeito, para estas entidades, “apenas a uma questão de prestígio, mas antes à manifestação de um *ethos* que requer que a comunicação dos resultados seja uma condição *sine qua non* da empresa científica” (Gibson, 1982, p. 159).

Sendo uma das suas faces mais visíveis, a publicação de livros e de revistas não exaurem o propósito de difusão científica. Nas últimas décadas, também outros instrumentos de disponibilização de recursos científicos têm contado com o patrocínio das associações. Embora não de sua iniciativa exclusiva, bases de dados têm sido incentivadas por estas entidades, que investem, por outro lado, na criação de observatórios e de *think tanks*, cuja finalidade é alargar à sociedade em geral o produto da ciência realizado em laboratórios e universidades.

Na mobilização dos interesses dos seus associados e na afirmação da importância da ciência em geral, as associações científicas têm também um potencial de influência de decisores políticos. Pelo privilégio de conhecerem com propriedade o imperativo da produção de conhecimento nas suas áreas de atuação concreta, bem como as condições de ação dos investigadores a elas associados, as sociedades científicas modernas têm desenvolvido, de um modo geral, e em alguns casos de modo mais particular, um papel decisivo de exercício de *lobbying*. Embora reconheça que as associações portuguesas têm tido um papel modesto no aconselhamento dos administradores das políticas de ciência, Ana Delicado admite que “há, porém, uma área em que as associações científicas, em particular as associações de profissionais científicos, têm sido particularmente ativas na procura de intervenção sobre políticas de ciência”. Concretiza a investigadora do

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, responsável pelo desenvolvimento do projeto “Sociedades Científicas na Ciência Contemporânea”⁴, que é na área das carreiras científicas e da defesa e representação dos investigadores junto da tutela que estas associações têm desempenhado um papel importante (Delicado, 2015, pp. 338-339). Ainda assim, Ana Delicado sugere que o repertório de ação ao dispor das associações pode também passar por outros instrumentos:

contactos diretos com agentes políticos (...) ou reuniões convocadas por iniciativa das associações, cartas ou testemunhos endereçados a decisores políticos, comentários em jornais e comunicados de imprensa, *policy briefs* e livros brancos, declarações, criação de gabinetes ou programas especializados em medidas de política, organização de simpósios e conferências, emissão de resoluções e pareceres, constituição de painéis de aconselhamento, participação em processos de consulta pública (...), apresentação de queixas a instâncias judiciais, etc... (Delicado, 2015, p. 344)

Para a autora, é verdade que “as relações entre associações científicas e a esfera política são pouco consistentes” (Delicado, 2015, p. 348). No entanto, é na constituição de grupos de pressão que possam também contribuir para a definição de critérios de aferição da qualidade na investigação que poderia residir o potencial das associações. Segundo Geraldina Witter, neste domínio, “as sociedades poderiam ter uma participação de colaboração na emissão de pareceres técnicos para as agências, definição de critérios de qualidade específicos de cada área, usar e validar instrumentos de avaliação, de projetos, relatórios, publicações, etc.” (Witter, 2007, p. 9).

No cumprimento da sua missão, as associações científicas corporizam não só o desejo de intervir junto dos decisores políticos como também o de fomentar uma aproximação da academia ao mercado de trabalho e à sociedade em geral. É nesse anseio que se fundamenta a admissão, em algumas associações, tanto de cientistas como de profissionais e a celebração de protocolos de cooperação com empresas e outros organismos de gestão do trabalho e dos serviços nas diversas áreas da vida em sociedade.

4 Projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia em 2008, desenvolvido por investigadores do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em cooperação com o Centro de Investigação e Estudos Sociais do Instituto Universitário de Lisboa e com o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão.

Não obstante a relevância do papel que podem assumir em termos públicos, quer na disseminação do conhecimento quer no exercício de influência em matéria de políticas de ciência, é ainda no domínio da dinamização interna dos campos científicos que as associações têm localizados alguns dos seus principais desafios. Contrariando o acantonamento de grupos, as sociedades científicas respondem hoje ao repto de criação de redes ao estimularem a cooperação entre diferentes agregados representantes de diferentes regiões geográficas ou mesmo diferentes áreas disciplinares. O reforço de iniciativas de interação entre os associados assim como a promoção de relacionamentos estratégicos com associações congêneres estão na agenda das principais sociedades científicas que procuram, por outro lado, nestas conexões um fator de originalidade e de pertinência.

Na asserção dos seus campos científicos, as associações científicas são, na opinião de Melissa S. Anderson e Joseph B. Shultz, “expressões da identidade de disciplinas ou campos”. Nesse contexto, “expressam também perspectivas disciplinares sobre normas, padrões e questões éticas” (Anderson & Shultz, 2003, p. 270) e distinguem-se pelo exercício de uma espécie de meta-ciência. É disso exemplar o papel que se lhes reconhece na promoção da integridade da investigação e na dissuasão de condutas desviantes. E é disso também exemplar o papel que delas se espera na autoavaliação dos seus procedimentos, na problematização dos paradigmas dominantes e na redefinição dos seus objetos de análise.

Associações científicas no campo da Comunicação

Embora os problemas da comunicação e das linguagens estejam presentes na reflexão de várias disciplinas há vários séculos, enquanto campo científico as Ciências da Comunicação contam uma história que se inicia apenas no século XX, contemporânea do desenvolvimento dos média e do seu impacto na sociedade. Considerado o fundador do campo das Ciências da Comunicação no contexto americano, Wilbur Schramm é um dos investigadores associados à definição desta área científica, cujos trabalhos permitem situar no final da década de 1940 o estabelecimento da Comunicação como campo de estudo cientificamente reconhecido. É certo que já antes disso se conheciam alguns estudos, como o de Lazarsfeld, realizado em 1930-1931, sobre os ouvintes de rádio, e que “a tradição do ensino universitário na área da comunicação [na Alemanha] data de 1916”, sabendo-se ainda que “em 1926 eram já nove as universidades alemãs (das 23 então existentes)

onde existia a área de Ciência dos Jornais (*Zeitungswissenschaft*) (Fidalgo, 1998, p. 2). Ainda assim, é no pós-Segunda Guerra Mundial que se situa, de modo mais ou menos consensual, o início do estudo sistemático da Comunicação, que seria introduzido nas universidades portuguesas apenas no final da década de 1970 (Martins & Oliveira, 2013).

É precisamente a meio do século XX que aparece também a primeira associação de impacto neste campo, a atual International Communication Association (ICA), que surgiu a 1 de janeiro de 1950, na altura como National Society for the Study of Communication. De acordo com informação disponibilizada no *site* da organização, “o aspeto-chave desta nova sociedade era o estudo da comunicação”⁵. O mesmo objetivo esteve na base da criação, em 1957, da International Association for Media and Communication Research (IAMCR), que tem hoje, como objetivo primeiro “providenciar um fórum onde investigadores académicos e outros envolvidos na pesquisa e prática dos média e da comunicação possam apresentar e discutir o seu trabalho, refinar as suas competências críticas e colaborar em novos projetos”⁶. Criada em 1978, a Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC) surgiu, de acordo com a informação institucional da organização, “para aglutinar os investigadores latino-americanos, tentando incluir a América Latina na comunidade mundial de investigadores das Ciências da Comunicação”⁷. De âmbito igualmente transnacional, em 2005, surge na Europa a European Communication Research and Education Association (ECREA), que resultou da fusão de duas outras associações, a European Communication Association e o European Consortium for Communications Research. Estabelecendo que “o seu enfoque disciplinar incluiria os média, as (tele)comunicações e a investigação informática, incluindo abordagens relevantes das ciências sociais e humanas”⁸, a ECREA secunda as associações de origem americana no propósito de “providenciar um fórum onde investigadores e outros envolvidos na investigação em comunicação e informação podem encontrar e trocar informação e documentação”⁹.

5 Ver <https://www.icahdq.org/page/History> .

6 Ver <https://iamcr.org/objectives> .

7 Ver <http://alaic.org/site/historia-alaic-historia-alaic/> .

8 Ver <http://ecrea.eu/about/history> .

9 Informação igualmente disponível no site da organização, em <http://ecrea.eu/about/history> .

Para além destas que serão as principais associações internacionais do mundo ocidental com enfoque nas Ciências da Comunicação, a segunda metade do século XX corresponde também ao aparecimento de dezenas de outras associações de âmbito nacional e/ou regional. No contexto ibero-americano, têm especial expressão associações como a Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, fundada em 1977, a Asociación Mexicana de Investigadores de la Comunicación, criada em 1979, a Asociación Boliviana de Investigadores de la Comunicación, constituída em 1981, e, em Portugal, a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM), cuja reunião fundadora se realizou em 1997, 20 anos depois da fundação da sua congénere brasileira¹⁰. Outras associações posteriores, criadas já no novo milénio compõem nesta região transnacional o mapa associativo no campo da Comunicação, de que são exemplos a Asociación de Investigadores Venezolanos de Comunicación (INVECOM) e a Asociación Española de Investigación en Comunicación (AE-IC). Bem mais modesto é o panorama de associações científicas de Comunicação nos países africanos de expressão portuguesa, onde se destacam apenas a Associação Cabo-verdiana de Ciências da Comunicação (MEDIACOM), fundada em 2013, e a Associação Moçambicana de Ciências da Informação e da Comunicação (ACICOM), mais recente ainda, criada apenas em 2015.

Para além destas organizações de âmbito nacional, destaca-se ainda a criação progressiva de federações que reúnem algumas destas associações. No contexto latino-americano eram já conhecidas a Federación Latinoamericana de Facultades de Comunicación Social (FELAFACS), constituída em 1979 e a Federación Argentina de Carreras de Comunicación Social (FADECCOS), que se iniciou em 1983. Criaram-se outras, entretanto, como a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (LUSOCOM), estabelecida em 1998 para reunir as associações dos países de expressão em língua portuguesa. Também a Federação Brasileira das Associações Científicas e Académicas de Comunicação (SOCICOM) reúne desde 2008 associações brasileiras, tendo em 2009 sido criada a Confederação Ibero-americana de Associações Científicas e Académicas de Comunicação

10 Relativamente ao contexto português, dizem Ana Delicado, Luís Junqueira, Raquel Rego, Cristina Conceição e Inês Pereira que “é a partir dos anos 80 que se dá o verdadeiro arranque no desenvolvimento científico, com a entrada da ciência na orgânica dos governos (...) e a criação de programas estáveis de financiamento”, um desenvolvimento “acompanhado pela fundação crescente de associações científicas” (Delicado, Junqueira, Rego, Conceição, & Pereira, 2011, p. 101)

(CONFIBERCOM) que amplia para os países de expressão espanhola a reunião de associações dedicadas ao campo da Comunicação.

Com perfis muito diversos, todas estas associações partilham, no entanto, o objetivo de promover o desenvolvimento das Ciências da Comunicação e favorecer a publicação nos idiomas ibéricos, o Português e o Espanhol. A estas organizações se deve um grande número de congressos realizados nas últimas décadas, bem como a criação de relações de cooperação científica entre os diferentes países da região ibero-americana. Criando solidariedade entre investigadores, estas associações têm tido também o mérito de favorecer o conhecimento mútuo dos diferentes contextos de investigação, bem como a realização de pesquisa comparada, uma metodologia que se tornou recorrente, especialmente entre estudantes que realizam períodos de intercâmbio durante os seus percursos de formação.

Contribuindo para uma disseminação mais alargada da produção científica, o que as redes de contacto viabilizadas por estas associações também têm fomentado é um melhor conhecimento e circulação de publicações entre os diferentes países, especialmente no caso de afinidades linguísticas, como é o caso da região ibero-americana. Com efeito, apesar da partilha de uma língua comum, portugueses e brasileiros não tinham, até há relativamente pouco tempo, hábitos de leitura mútua. Hoje, para além desse conhecimento, tem-se proporcionado também a oportunidade cada vez mais frequente de edição de obras em parceria, decorrentes de projetos de cooperação ou da iniciativa de investigadores cuja relação se intensificou nos últimos anos.

Dificuldades e desafios

Apesar do entusiasmo que determina o seu lançamento, as associações científicas são, em muitos casos, estruturas que se confrontam com dificuldades que inviabilizam o cumprimento integral da sua missão. A falta de suporte técnico e profissional no desenvolvimento das suas ações é a consequência mais evidente das debilidades económicas experimentadas pelas associações, qualquer que seja a sua área científica, com especial incidência, talvez, nas áreas das ciências sociais e humanas, menos atrativas para a angariação de fundos por outras vias que não apenas a das contribuições dos seus sócios.

Sem estabilidade financeira e com orçamentos reduzidos, as associações veem-se diante da necessidade de dispensar a contratação de *staff* de apoio,

vivendo muitas vezes da exclusiva dedicação voluntária dos seus corpos sociais e associados. Por outro lado, apesar da relevância reconhecida pelos cientistas em geral ao facto de se pertencer a uma associação, o grau de comprometimento dos associados é, não raras vezes, pouco expressivo; faltará aos membros das associações o sentido de militância e de envolvimento político que caracteriza outras organizações coletivas como os partidos políticos ou os sindicatos.

Concorrendo para uma certa fragilização do sentido de coesão do grupo, estes fatores repercutem-se, por consequência, na pouca notoriedade e no insuficiente reconhecimento das associações por parte das instituições de gestão e apoio à ciência, que se traduz, diz Ana Delicado, numa “fraca abertura por parte das instâncias de decisão a este tipo de participação” (Delicado, 2015, p. 348). Ao inventariar as razões por que as associações científicas acabam por ter um papel diminuto em matéria de políticas de ciência, a autora menciona ainda “o facto de as atividades de aconselhamento nas políticas públicas e *lobby* serem, pela sua própria natureza, irregulares ou poderem não ser perspetivadas pelas associações como centrais no quadro da sua missão”, bem como “a pulverização das associações científicas e a ausência de uma federação ou associação agregadora” (Delicado, 2015, p. 348).

Retardando aquilo que poderiam ser os benefícios políticos decorrentes da atividade das associações, estas circunstâncias não suprimem, no entanto, relevância ao movimento associativo. No contexto lusófono, por exemplo, mantêm-se bem expressivos os imperativos de defesa do potencial do Português como língua de conhecimento, de pensamento e de ciência, estendido no âmbito ibero-americano à promoção dos idiomas ibéricos, que correspondem, no conjunto, à segunda maior província linguística do mundo¹¹. De acordo com Moisés de Lemos Martins, “uma língua apenas pode fazer valer a sua força pela informação e pelo conhecimento que veicula” (Martins, 2015, p. 19). Continua o autor, sugerindo que “só numa língua materna é possível a expressão de sentimentos complexos, como a expressão artística, a reflexão filosófica e a manifestação espiritual e sentimental, que não cabem na linguagem simplificada que uma segunda língua pode permitir” (2015, p. 20). Ainda que seja hoje uma batalha perdida a refutação da hegemonia

11 De acordo com o Alphatrad Portugal – Optilingua Internacional, o Espanhol será a segunda língua mais falada, com 332 milhões de falantes, aparecendo o Português em sexto lugar, com 170 milhões de falantes. No conjunto, ambos os idiomas são ultrapassados apenas pelo Mandarim, falado por 885 milhões de pessoas. Ver <https://www.alphatrad.pt/50-linguas-mais-faladas-no-mundo>.

de uma ciência uniformizadora conforme aos padrões anglo-saxónicos, a persistência das associações do mundo de expressão portuguesa e espanhola na defesa das suas línguas para a transmissão de informação e de conhecimento é, na Península Ibérica, nos Países Africanos de Língua Portuguesa e na América Latina, um dos aspetos distintivos das sociedades científicas de Comunicação, uma área tão sensível aos modos idiossincráticos de expressão.

Coincidentes de um modo geral com os propósitos de todas as organizações científicas, as associações de Comunicação dos países ibero-americanos concorrem, pela sua atuação, para a criação da ideia de redes de investigação e de cooperação. No caderno de encargos têm anotada a necessidade, comum a todas as organizações congéneres, de promover uma maior ligação às empresas e aos profissionais, bem como uma maior literacia científica do público em geral, no horizonte de uma mais ampla abertura à sociedade. É, no entanto, no ideal de comunidade que se manifesta – ou pode manifestar – a sua marca diferenciadora, em tudo o que comunidade tem de superação do desejo de estar conectado ou em rede. Sendo a comunidade a expressão do que há de comum, ela é o lugar da conjugação de objetivos práticos, mas também da partilha de afetos e de identidade cultural, de que o próprio adágio da ciência não deveria arredar-se numa área tão vocacionada para a prática dialógica.

Referências

- ANDERSON, M. S., & Shultz, J. B. (2003). The role of scientific associations in promoting research integrity and deterring research misconduct. *Science and Engineering Ethics*, 9, 269-272.
- CARVALHO, A., & Cabecinhas, R. (2004). Comunicação da ciência: perspetivas e desafios. *Comunicação e Sociedade*, 6, 5-10. doi:10.17231/comsoc.6(2004).1224
- DELICADO, A. (2015). As associações científicas. Em M. d. Rodrigues, & M. Heitor (Eds.), *40 anos de políticas de ciência e de ensino superior* (pp. 329-348). Coimbra: Almedina.
- DELICADO, A., Junqueira, L., Rego, R., Conceição, C., & Pereira, I. (2011). Associações científicas portuguesas: mapeamento e caracterização. *Forum Sociológico*, 21, 97-107. doi:10.4000/sociologico.459
- FIDALGO, A. (1998). *Publizistik ou as Ciências da Comunicação na Alemanha*. Obtido de Biblioteca Online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fidalgo-antonio-publizistik.pdf>
- FIOLHAIS, C. (2011). *A ciência em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

- FRANKEL, M. S., & Bird, S. J. (2003). The role of scientific societies in promoting research integrity. *Science and Engineering Ethics*, 9, 139-140.
- GIBSON, S. S. (1982). Scientific societies and exchange: a facet of the history of scientific communication. *The Journal of Library History*, 17(2), 144-163.
- IVERSON, M., Frankel, M. S., & Siang, S. (2003). Scientific societies and research integrity: what are they doing and how well are they doing it? *Science and Engineering Ethics*, 9, 141-158.
- LEVINE, F. J., & Iutovich, J. M. (2003). Challenges in studying the effects of scientific societies on research integrity. *Science and Engineering Ethics*, 9, 257-168.
- MARTINS, M. L. (2015). Lusofonias: reinvenção de comunidades e combate linguístico-cultural. Em M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 7-23). Famalicão: Húmus.
- MARTINS, M. L., & Oliveira, M. (2013). Doctorado e investigación sobre Comunicación en Portugal: panorama, retos y oportunidades. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 10, 250-263.
- PERNIOLA, M. (1993). *Do sentir*. Lisboa: Editorial Presença.
- SIEGELMAN, S. S. (1998). The genesis of modern science: contributions of scientific societies and scientific journals. *Radiology*, 208(1), 9-16. doi:10.1148/radiology.208.1.9646786
- WITTER, G. P. (2007). Importância das sociedades/associações científicas: desenvolvimento da ciência e formação profissional-pesquisador. *Boletim de Psicologia*, LVII(126), 001-014.